

Memórias da ditadura militar no jornalismo: matrizes de sentido nas narrativas sobre crianças vítimas de tortura

Memories of the military dictatorship in journalism:
Matrices of meaning in narratives about children
victims of torture

Marta Regina Maia¹
Thales Vilela Lelo²

RESUMO

A proposta deste artigo é refletir sobre narrativas que remetem à memória da ditadura militar no Brasil por intermédio de um *corpus* de reportagens que circularam em veículos jornalísticos em 2013. Essas produções tratam de crianças que sofreram, ainda que indiretamente, as torturas promovidas pelos representantes oficiais do regime. Averiguando as falas dos entrevistados dessas matérias, pode-se apreender como o jornalismo constrói uma semântica comum que alinha as distintas experiências em uma mesma matriz de sentido. Tal matriz se alinha, por sua vez, à instalação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil e se manifesta de duas formas nas reportagens: como um conjunto de tragédias pessoais que não alçaram a memória pública, mas que marcaram coletivamente a história da nação; e como sofrimentos que deixaram profundas lesões nas trajetórias de vida dos afligidos.

Palavras-chave: ditadura militar, memória, jornalismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect about narratives that recall the memory of the military dictatorship in Brazil through a corpus of stories that circulated in journalistic vehicles in 2013. These productions focused on children who suffered, albeit indirectly, torture promoted by representing regime officials. Analyzing the interviewees' discourse in this news, it is possible to apprehend how journalism builds a common semantics that aligns a set of different experiences in the same matrix of meaning. This array is aligned, on the other hand, with the installation of the National Truth Commission in Brazil and manifests itself in two ways in these news: as a set of personal tragedies that did not build public memory, but marked collectively the history of the nation; and as sufferings that left deep lesions in the life course of the afflicted.

Keywords: military dictatorship, memory, journalism.

¹ Universidade Federal de Ouro Preto. Rua do Catete, 166, 35420-000, Mariana, MG, Brasil. E-mail: marta@martamaia.pro.br

² Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627, 31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: thales.lelo@gmail.com

Introdução

Crianças jogando bola entre os carros estacionados em um pátio. Cena corriqueira quando o assunto refere-se a pequenos querendo se distrair e brincar. Entretanto, como “só agora a história pode ser contada”, mais alguns elementos podem ser incorporados a esse cenário, como a arquitetura funesta de salas fechadas e ruídos expressos em gritos de dor. Esse é o quadro que muitos filhos e parentes dos presos políticos no Brasil desenhavam do maior centro de tortura no período da ditadura militar, o DOI-CODI, em São Paulo; crianças, taxadas como subversivas e obrigadas a conviver nesse mesmo espaço com os pais aprisionados. Esses e outros relatos vêm à tona por intermédio de uma série de reportagens denominada “As crianças e a tortura”, veiculada pela TV *Record* em junho de 2013, antecedida por outra série de reportagens da revista *Brasileiros* chamada “Filhos do Brasil”. A proposta deste trabalho, então, é pesquisar e refletir sobre os processos que envolvem as narrativas da memória da ditadura militar no Brasil, que atualizam esse período histórico ainda bastante obscuro para toda sociedade.

Muitos poderiam se perguntar por que somente agora, quase 50 anos após o advento de uma ditadura que censurou, matou e fez calar milhares de cidadãos brasileiros, aparecem testemunhos que ainda insistem no relato de duas décadas de repressão e de cerceamento das liberdades civis. Esses dispositivos de visibilidade são acionados hoje pela instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)³ e também pelas matérias que o jornalismo pode produzir dada a relativa liberdade de expressão que permeia esse campo da esfera pública, situação bem diferente do que ocorreu naquele período em que os meios de comunicação não podiam ou não queriam divulgar situações de violação dos direitos humanos no país.

Decorrido um ano de atividades da CNV, é lícito conhecer o balanço parcial de suas atividades (Comissão Nacional da Verdade, 2013a). A Comissão conta com 13 grupos de trabalho e articulações com algumas secretarias do governo federal, além do apoio de algu-

mas entidades da sociedade civil e comissões estaduais e municipais da verdade em vários estados do país. O acervo documental conta com mais de 20 milhões de páginas, entretanto, como ainda são muitas as lacunas desse período histórico, a Comissão está acionando centenas de depoimentos de vítimas, testemunhas e agentes do estado. Além do acervo documental a ser deixado como legado à sociedade civil, a CNV já conseguiu a revisão do atestado de óbito de Vladimir Herzog, com a obtenção, por via judicial, da retificação do atestado de óbito do jornalista, com o registro das torturas e sevícias praticadas nas dependências do II Exército como a causa de sua morte. Refuta assim a causa do suicídio, como foi divulgado à época do assassinato dele, em 1975, no DOI-CODI, em São Paulo.

As atividades da Comissão, em pleno desenvolvimento, pesquisam versões que ainda não foram descortinadas pela história, como a violência contra os povos indígenas, os camponeses e as mulheres. Uma das principais informações apresentadas pela Comissão (Comissão Nacional da Verdade, 2013b), ao contrário do que parte da bibliografia sobre o período aponta⁴, é que a tortura como prática de interrogatório começa a ser praticada nos quartéis em 1964, ou seja, de acordo com a Comissão, ela é a base da matriz de repressão da ditadura. Em 1964, é possível identificar centros de detenção e tortura e é ainda nesse ano que se estabelecem os principais modos de tortura que serão utilizados pela ditadura ao longo de sua existência. A tipologia nos modos de tortura consiste no uso do chamado pau de arara, afogamento, choque elétrico e torturas psicológicas, entre outras.

E esses modos de tortura, bem como suas marcas, são apresentados pelas reportagens que serão analisadas neste trabalho. À diferença de outras matérias, é que agora são entrevistados aqueles que, na maioria dos casos, não passaram diretamente pela experiência traumática do corpo. É possível dizer que, nessas reportagens, o jornalismo transborda aquilo que o mantém preso a um paradigma referencial, convencional, na medida em que fala sobre sombras e não “fatos concretos” ocorridos. Nesse sentido, é necessário apresentar, antes, as bases do paradigma indiciário, que norteiam as análises que virão a seguir.

³ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Suas atividades terão término em dezembro de 2014.

⁴ Alguns estudiosos afirmam que, logo após o golpe, a tortura é utilizada de forma pontual e descontínua, sendo utilizada de maneira constante somente após o Ato Institucional nº 5, promulgado em 1968.

Metodologia

Se a instalação da Comissão da Verdade no Brasil é o ponto de referência para que o Jornalismo constitua um conjunto de narrativas visando rememorar as vicissitudes do período ditatorial, é necessário, neste objetivo de apreender as particularidades das reportagens feitas sobre crianças vítimas de tortura, elaborar, em nível metodológico, as indagações fulcrais que norteiam a incursão ao material de análise. Em convergência aos cânones do paradigma indiciário traçado pelo historiador italiano Ginzburg (1990) (e posteriormente sistematizado no trabalho seminal de Braga (2008)), é possível tomar como eixo central deste estudo a tarefa de, “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg, 1990, p. 152). Neste percurso, ao invés de tomar o objeto como mero acessório de um robusto conjunto teórico pré-definido, é possível ler, nas pistas mudas, uma possível série coerente de eventos.

E, no caso destas histórias que o jornalismo tece remontando as fraturas de um momento histórico, qual é a trama que se desenha? Essa pergunta conduz a uma anterior, contudo: a partir de qual perspectiva dizemos que uma trama narrativa historicamente situada se esboça? Enquanto estudiosos dos processos comunicativos e das práticas jornalísticas, o tipo de trama que conchama a atenção, neste caso em particular, diz menos respeito à conjuntura histórica em si ou seus desdobramentos políticos e jurídicos (ainda que esses fatores não possam ser negligenciáveis, evidentemente), do que ao modo como, sob a influência de uma rede e sentidos, organizam-se interações sociais específicas em diversos dispositivos, envoltas sob a égide das mesmas palavras-chave: as torturas e a infância.

Fala-se então de um circuito comunicacional que abarca as reportagens que serão analisadas, suas bases de produção e sua reverberação pública em uma corrente que, embora alicerçada nos *media*, extravasa por dizer respeito a um processo social amplo. Se Escosteguy (2009) alerta para o fato de que a própria dinâmica da mídia vem esmaecendo as fronteiras entre produção e recepção nas interações mediadas por tecnologias de informação e comunicação, autores como Couldry (2004) chegam mesmo a sugerir que os estudos que envolvam esferas dos *media* de um modo geral devem se desatar da atenção aos momentos específicos do processo interacional em prol da asserção axiomática de que vivemos em um mundo saturado pela

mídia, e que, dada essa situação, nossas perguntas deverão se conduzir pelas práticas que se nuançam neste mundo comum a todos.

Tendo isso em mente, o olhar para as narrativas jornalísticas que versam sobre os traumas sofridos por crianças durante a ditadura militar se afina e tenciona com as fundações do conceito de “dispositivo interacional” elaborado por Braga (2011). A proposição do autor dá conta da amplitude dos processos interacionais e oferece refinamentos para a elaboração das interrogações apresentadas. O pesquisador discorre sobre tais dispositivos como “matrizes interacionais e modos práticos compartilhados para fazer avançar interação” (Braga, 2011, p. 5), de forma que, se a comunicação é um agir, e se esse agir se desvela em episódios concretos, nesses episódios são acionados dispositivos que conferem sentido, substância e direcionamento às interações. Mas esses dispositivos, por sua vez, “são modulados pelos contextos e processos institucionais específicos em cujo ambiente ou referência se desenvolvem” (Braga, 2011, p. 6) em uma teia de intercâmbio e recursividade complexa.

Assim sendo, a “realidade complexa” que se pretende remontar neste contexto de proliferação de narrativas jornalísticas acerca de agressões sofridas por crianças e jovens na ditadura militar coloca uma grade de questões de direcionamento metodológico: é possível vislumbrar nas histórias de vida trazidas pelo jornalismo a conformação de uma matriz de sentido partilhada? O que essa matriz nos diz e como ela adquire forma (e é reformulada) nas reportagens e nos espaços de debate público? E como ela dialoga com a situação histórica atual, de instalação da CNV?

O *corpus* de base elegido para análise é composto de cinco reportagens feitas pelo jornalista Luiz Carlos Azenha e exibida pela Rede *Record*, em junho de 2013 (“As crianças e a tortura”), três reportagens especiais da Revista *Brasileiros* de março, maio e julho de 2013 (Villaméa, 2013a, 2013b, 2013d), uma entrevista com o psicanalista Moisés Rodrigues da Silva Júnior, coordenador de uma das clínicas de um programa do Ministério de Justiça destinado a atender vítimas de violência do regime militar, também para a *Brasileiros* (Villaméa, 2013c), e comentários no Blog e página do Facebook de Luiz Carlos Azenha. Em função de sua extensão, nem todo este material será vertido nas análises dos próximos tópicos. Isto porque, apesar da importância de se remontar com minúcia ao contexto no qual se desvelaram as narrativas sobre os traumas sofridos por crianças durante a ditadura, nem todo o material trazido à tona oferecerá elementos mais

expressivos para responder e refinar as questões formuladas no horizonte traçado.

Cabe ainda considerar que as narrativas mantêm uma relação com a produção de sentidos, sendo, portanto, constituidoras e constituintes, o que implica considerá-las em uma dimensão histórico-cultural, que pode acionar também a narrativa jornalística. Esse modo de configuração de experiências e de comunicação com o outro (Leal, 2013) extrapola a modalidade textual e se apresenta como “um modo de apreender o mundo, de dar sentido à vida” (Leal, 2013, p. 29). A partir de uma longa discussão no campo das narrativas jornalísticas que não cabe aqui apresentar, Leal (2013, p. 40) dirá que “refletir sobre a narratividade jornalística é considerar a possibilidade de constituição de um ‘texto’ para além da notícia e acionar outras relações presentes no espaço e no tempo nos quais a mídia noticiosa tem um papel fundamental”.

Facetas do trauma vertido em narrativa

Quando se questiona sobre a emergência de uma matriz de sentido partilhada nas diversas narrativas jornalísticas que versam sobre os traumas vivenciados por crianças no período ditatorial, é possível buscar algo além do elemento mais manifesto que liga as tramas, qual seja, sua temática comum. A temática é um componente conectivo, evidentemente, mas ao invés de ser ela a matriz de referência, é mais prudente situá-la como um nexo que permite a reorientação das indagações. Sendo assim, e se se discorre sobre um processo interacional recursivo, no que tange as histórias de vida marcadas pela ditadura às quais o jornalismo recorre, poderia ser colocada a seguinte dúvida: se tanto na série da *Record* quanto na *Brasileiros* as histórias contadas pelos hoje já adultos que sofreram em idade tenra as agonias de um momento histórico são inconsistentes (porque na época das agressões os concernidos não possuíam idade para compreender o que vivenciavam), então por que esse anseio do jornalismo em trazer essas experiências à baila e anexá-las em uma mesma teia?

A solução mais coerente a esse impasse parece ser, como será evidenciado adiante, a de que a importância de tais narrações é enriquecida pelo fato mesmo de serem nebulosas, pouco descritivas, quicá fantasmagóricas. Levando em consideração que, como assegura Coulon

(1988), a descrição de situações traceja uma equivalência entre os processos utilizados para agir e narrar - de modo que a narração não representa uma etapa posterior às ações desveladas em uma determinada circunstância que serve somente ao propósito de descrever as características de uma cena, mas sim que em sua própria articulação e em seu encadeamento torna visível aquele mundo que ela discorre sobre - então, no caso em tela, percebe-se que o que ganha forma nas diversas descrições de sofrimento que o jornalismo agrupa, e mesmo o que as aglutina em um ambiente comum, é o desenho de uma matriz obscura, que não corresponde em si ao regime ditatorial que vigorou no Brasil por mais de duas décadas, mas sim ao seu caráter assombroso, quase onírico (como algumas histórias permitem entrever). Portanto, o que perpassa as falas dos entrevistados da *Brasileiros* e da *Record* é a configuração, via interação, desta semântica comum, que se expressa, marcadamente, em dois matizes entrelaçados: (i) enquanto tragédias pessoais que não alçaram a memória pública mas que marcaram coletivamente a história da nação (e que se reúnem neste intuito de visar a uma reparação do Estado ou da sociedade); (ii) enquanto sofrimentos que não adquiriram a forma de uma experiência integral, mas que afetaram profundamente as trajetórias daqueles que participaram desse processo.

Destaca-se, inicialmente, o modo como o jornalismo trabalha as histórias dos jovens vítimas do regime ditatorial edificando um campo partilhado para a emergência das descrições e para a mobilização contra as injustiças perpetuadas e legitimadas pelo Estado na época das torturas. Logo na abertura da série de reportagens da *Record*, o jornalista Luiz Carlos Azenha evidencia esta proposta:

Os registros que sobreviveram, como estes, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, contam a história oficial. São documentos, fotos e depoimentos, muitos deles obtidos sob tortura. Mas o Brasil ainda sabe muito pouco da outra história, a relatada pelas vítimas. É um pouquinho dela que vamos contar, mas a partir do olhar de crianças que desde muito cedo foram vítimas inocentes da ditadura militar (Depoimento, “As crianças e a tortura”).

Esta “outra história”, que Azenha anseia relatar, também aparece na capa da edição número 68 da Revista *Brasileiros*. Com fotos de quatro crianças “fichadas” no período ditatorial, a manchete estampa, em letras garrafais, a palavra “Subversivos”, seguida do seguinte subtítulo: “Acredite: estas crianças foram presas e banidas do Brasil.

Mais de 40 anos depois, elas contam como sobreviveram. Há quem não tenha conseguido” (Villaméa, 2013a, capa). A versão alternativa dos relatos oficiais da época se apresenta nas reportagens como uma memória que parcialmente se perdeu nas tragédias pessoais, mas que marca profundamente a experiência dos que a viveram. Ao final do quarto episódio da série da *Record*, um depoimento de Paulo Fonteles Filho, nascido no hospital do Exército de Brasília durante o período em que sua mãe era vítima de tortura de oficiais, nuança de maneira evidente esta asserção: “Existe uma memória que eu não sei de onde vem, mas que tá dentro de mim, e em que pese o sofrimento, e em que pese a memória da carne, mas nós temos um orgulho imenso dessa resistência” (Depoimento, “As crianças e a tortura”). Também uma fala de Ernesto Carlos Nascimento, o mais jovem preso político do regime (fichado pelo DOPS com 2 anos de idade e exilado do Brasil), corrobora este diagnóstico: “Esta conjuntura que a gente vive hoje no país é graças a esses jovens corajosos. E aí eu tenho que me incluir” (Depoimento, “As crianças e a tortura”).

Mas se essa memória coletiva só está se desenhando ao ganhar “voz” nos dramas que adquirem visibilidade pública nas reportagens, como, sem este recurso pré-existente de coletivização do trauma, ela se infiltra nas consternações vivenciadas pelos jovens vitimados pelos oficiais das polícias repressoras? O que as narrativas construídas pelo jornalismo sugerem é que, por essa memória ainda não se apresentar enquanto um fato historicamente identificável, só é possível recobrá-la em contornos obscurecidos nos rastros das recordações pessoais e nas vozes emudecidas pelas agressões do Estado. E, nesse sentido, a única matriz possível de criar um nexos entre as falas dos entrevistados desponta como um assombro, quase um pesadelo – pois está carregada pelas agonias sofridas na infância. Em entrevista concedida pelo psicanalista Moisés Rodrigues da Silva Júnior à Revista *Brasileiros*, em maio de 2013, é possível identificar marcas dessa constatação. Em determinado momento, quando questionado sobre as mazelas da tortura na formação de crianças que participaram, ainda que indiretamente, dos horrores do regime ditatorial, o psicanalista é enfático:

A matéria da Brasileiros (Quando meninos são fichados como terroristas, edição 68) mostrou muito bem os impactos da ditadura sobre crianças. Todos eles conseguiram contar, um por um, como foi, onde eles ficaram marcados, no esquecimento, na falta de memória, na falta das referências, no medo. Por

serem muito primitivas, são marcas que primam por uma indistinção. Elas são profundas, intensas, mas não carregam escrito “isto é uma marca de quem foi torturado”. A marca de quem foi torturado é o horror, a dissolução da possibilidade de conter em si a experiência (Villaméa, 2013c, p. 78)

Nas falas de muitos dos entrevistados pela série especial da Rede *Record* também são delineados os traços destas experiências que arrombam a memória como pesadelos. O caso de Camila Sipahi, apresentada no primeiro episódio do especial, é emblemático nesse sentido. Com 5 anos, Camila e seu irmão foram separados dos pais, presos políticos. Durante um ano, foi ao Presídio Tiradentes visitá-los quinzenalmente, mas não entendia o motivo do cárcere. A dificuldade em narrar essa experiência traumática derivava também do medo de que as pessoas pudessem ver seus pais como bandidos. A angústia provada marca profundamente a trajetória seguida por Camila, como seu depoimento explicita: “Eu fazia bonecos pra festa de aniversário, pra porta de maternidade, e um dia eu me dei conta de que aquilo não era minha história. Era bonito de ver, mas não era o que eu tinha para recordar do meu passado” (Depoimento, “As crianças e a tortura”). Mais à frente, a reportagem tonaliza o recurso encontrado pela entrevistada para suportar e digerir as experiências insidiosas prévias remontando ao assombro que persiste em sua trajetória: “Hoje, Camila recria o pesadelo em linguagem de conto de fadas. Está escrevendo um livro com as memórias de quando visitava os pais no presídio. É o reino onde ninguém sorri” (Depoimento, “As crianças e a tortura”).

Outros entrevistados, contudo, ao invés de sublinhar a carga negativa da memória em si, focam na maneira como ela impediu ou bloqueou certas potencialidades que teriam para desenvolver determinadas competências e características da personalidade. Carmen Nakasu, presa na infância com os pais em uma estação de metrô de São Paulo, é apresentada no primeiro episódio da série “As crianças e a tortura” como alguém que combateu os traumas sofridos recorrendo à arte (tal qual Camila Sipahi), mas que ainda resguarda manchas profundas em sua conduta derivadas da dor afligida no passado. Mesmo que suas lembranças da prisão sejam turvas: “O que eu tenho são flashes de memória de uma cena muito trágica e de um momento de muito pânico, gritaria, e só. É um momento muito, muito difícil” (Depoimento, “As crianças e a tortura”), os impactos dela são claramente delimitáveis (a reportagem afirma que “algo ficou registrado no

subconsciente de Carmen”). Segundo a entrevistada, sua timidez, baixa autoestima e a contínua sensação de que uma tragédia com sua família estariam prestes a se desgastar são as chagas deixadas por aquela matriz borrada.

Ernesto Carlos Nascimento também frisa estas barreiras de desenvolvimento que se fizeram presentes mesmo em sua infância pós-exílio em Cuba, no terceiro episódio da série da *Record*: “A primeira memória é a mais difícil... meus pais entrando em casa, e eu correndo e me enfiando embaixo da cama, com medo. Sempre que entrava gente em casa eu corria e me enfiava debaixo da cama” (Depoimento, “As crianças e a tortura”). A reportagem complementa: “além de rejeitar os pais, ele quase não falava”, e Ernesto prossegue: “eu fui levado no pediatra pra ver se eu era autista, meus pais fizeram isso. Mas eu era uma criança normal” (Depoimento, “As crianças e a tortura”).

Para as pessoas que vivenciaram estas “fraturas biográficas”, são vislumbrados dois trajetos: um primeiro, fiel ao projeto ideológico do pragmatismo de “reparação do dano”⁵ – e que se manifesta como uma solução das intempestividades pessoais pelo recurso da verbalização da dor, da coletivização do trauma e a correção das injustiças perpetradas nas duas décadas de ditadura no Brasil –; e um segundo, de impossibilidade de conseguir “superar” os martírios da época e de perda gradual do prazer da vida. O primeiro caso é ilustrado na narrativa de Ivan Seixas na segunda matéria da série “As crianças e a tortura”, e o segundo, pelo drama cruel de Carlos Alexandre Azevedo, descrito em matéria da edição 68 da Revista *Brasileiros*.

Ivan Seixas foi levado junto do pai, aos 16 anos, em 1971, à sede do DOI-CODI, sob suspeita de assassinato do industrial Henning Boilesen (um dos financiadores da ditadura no país). Lá, ambos sofreram diversos tipos de tortura (que a reportagem da *Record* se encarrega de recordar junto ao entrevistado), e ao final das sessões, o pai de Ivan estava morto, vítima de seus agressores. Apesar do inegável caráter doloroso dessa narração, Ivan não se apresenta como alguém deteriorado por uma avalanche

de memórias tenebrosas, como seu depoimento explicita: “Eu não me sinto prejudicado, porque minha adolescência e tal... porque eu escolhi a militância, a luta armada, etc e tal, então eu acho que eu fiz o que eu tinha que fazer” (Depoimento, “As crianças e a tortura”). Assim, ao final deste episódio da série, Ivan reaparece na antiga sede do DOI-CODI, em São Paulo (agora transformada em memorial da ditadura), incitando a coletivização de sua forma de encarar o momento histórico que participou como agente, embora ainda jovem: “É como se fosse aquele território que na guerra se conquista do inimigo e crava a bandeira. Isto aqui é nosso, é da sociedade; não é deles. Eles é que usurparam para transformar isto aqui num lugar de tortura e de assassinato” (Depoimento, “As crianças e a ditadura”).

O desfecho de Carlos Alexandre Azevedo (ou Cacá, como a matéria da *Brasileiros* intitulada “As marcas da tortura não desaparecem jamais” nomeia o personagem) não é, contudo, tão satisfatório e combativo quanto o de Ivan Seixas. Ele revela outra face da matriz assombrosa das experiências de tortura, que é a da impossibilidade da reparação das injustiças, da inviabilização contínua dos projetos de superação da memória, e que, neste episódio, é nuançada como um pesadelo bem-sucedido frente às insistências e investidas de seu “portador” de transpô-lo. O caso de Cacá ilustra bem eventos nos quais “os efeitos dos sofrimentos suportados podem também pesar efetivamente sobre a capacidade das vítimas de superá-los e de se apropriarem do que (lhes) aconteceu” (Stavo-Debauge, 2012, p. 127), impossibilitando reações oportunas e enfrentamentos de fraturas expostas na memória.

Na idade de um ano e oito meses, Carlos foi apreendido por uma equipe do DOPS em São Paulo, junto de sua família. Espancado antes mesmo de chegar à sede da polícia política do regime militar; relatos apontam que o menino sofrera até sessões de choque elétrico. Entregue posteriormente aos seus avós maternos, a criança daria início a uma espiral de fraturas em sua personalidade que culminariam com o suicídio, em 2013, como a matéria da

⁵ Como Stavo-Debauge (2012) acentua, pela filosofia pragmatista, os problemas são sempre um vetor de experiência e de incentivo ao progresso moral e social. Isso porque, “longe de punir uma incapacidade [os problemas] iniciariam uma reflexividade que encontraria a oportunidade de sua emergência no recuo da ação em curso ao esbarrar na dificuldade encontrada. Não seria uma traição ao espírito do pragmatismo dizer que a infelicidade leva a reflexão [...] e conduz à reação” (Stavo-Debauge, 2012, p. 126). Em outro texto, Stavo-Debauge e Trom (2004) apresentam as bases da “ideologia” impressa no projeto pragmatista ao recorrer ao conceito de experiência, central para um pensador como John Dewey, por exemplo. Os autores problematizam a contínua associação entre “experiência” e “fazer” nesta corrente filosófica, lembrando que na acepção dela o fazer é “o lugar da realização de uma autonomia cada vez mais autoconfiante, e de uma comunidade de exploradores cada vez mais reflexiva, mais rica, mas inteligente, e, nalguns casos, mais feliz” (Stavo-Debauge e Trom, 2004, p. 196, tradução nossa).

Brasileiros constrói em sua narrativa. Nos depoimentos de familiares, este trauma incombustível é explicitado (“E esse pavor tomou conta dele. Entendo que a morte dele foi o limite da angústia” (Villaméa, 2013a, p. 64); e mesmo o texto da matéria delinea o suicídio posterior tendo por base o sofrimento na primeira idade (“embora costumasse repetir que nunca conseguiria se recuperar do trauma da infância, não há dúvidas que tentou”).

A reverberação nas redes sociais, em especial na página do repórter Luiz Carlos Azenha no Facebook e em seu Blog, onde as reportagens estão disponíveis, é enorme, com centenas de comentários sobre as reportagens. Embora não seja objeto direto de análise neste trabalho, pode-se indicar que os comentários, em sua maioria, encontram-se afinados com o próprio caráter das matérias veiculadas, ao indicar, por exemplo: “Queremos justiça para que isso nunca mais ocorra em nosso País” (Azenha, 2013). Na dimensão coletiva, a noção do “nunca mais” aparece com destaque como que a referendar o próprio caráter das reportagens.

No Blog, novamente, os comentários adquirem essa perspectiva: “Azenha, parabéns pelas reportagens, com certeza elas ajudarão aos desavisados a entender um pouco das atrocidades que ditadura cometeu no Brasil e na América Latina, para que isto nunca mais ocorra!” (Vi o Mundo, 2013). Ricoeur (2010), ao discutir a noção de “história não contada”, irá argumentar que o homem enquanto “ser enredado em histórias” busca a sua identidade pessoal nesse lastro possibilitado pela história potencial que ancora a própria narrativa, reforçando assim a ideia de que “toda história do sofrimento clama por vingança e pede narração” (Ricoeur, 2010, p. 129).

Do acionamento da memória

Se a situação presente “faz lembrar” é porque a memória tem como elemento fundante o presente. Nesse sentido, o testemunho, como fonte histórica, pode ser acionado em uma época em que lembrar é conhecer e refletir sobre um passado que é atualizado a todo instante. A expressão “nunca mais” expõe a necessidade de a sociedade lembrar-se de não se esquecer. Paradoxalmente, essa expressão não sugere que a sociedade deixe de lembrar os anos de ditadura, mas sim que ela relembre sempre, para evitar a repetição do inominável (Sarlo, 2007).

A memória da ditadura, no caso brasileiro, passa pelo relato das experiências que são traduzidas por intermédio da narração exposta na esfera do humano, portanto, inscrita na ordem da temporalidade, como diz Ricoeur (2010, p. 9) ao afirmar que “o mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal”. As falas sobre o período da ditadura brasileira ocorrem muitas décadas após o acontecimento e, nesse sentido, fundam uma temporalidade que se atualiza constantemente (Sarlo, 2007).

Assiste-se então, na dimensão desse passado que é infligido à sociedade contemporânea, um movimento de restituição do direito à lembrança às pessoas que mantêm lastros com essa história. Sarlo (2007, p. 45) aponta que “lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência do Estado”. No caso do Brasil, a falta de acesso à documentação da época por mais de quatro décadas ampliou a necessidade do relato testemunhal, que, paradoxalmente, acaba se apoiando nos documentos que começam a aparecer após a abertura dos arquivos da ditadura militar.

Esse “reaparecer” dos documentos se aproveita de uma circunstância histórica, mas a extravasa. Isso porque não falamos aqui de um mero movimento de reparação do dano com base no reconhecimento das torturas e na denegação de reconhecimento aos oficiais do regime que imperou no país por 21 anos, mas em uma atividade tática de “memória” que se aproveita de uma ocasião para tomar-lhe as rédeas e operar deslocamentos. Ao ensinar, nas narrativas tecidas, um consenso sobre o que não se deve esquecer (a matriz obscura anteriormente delineada), não basta que isso esteja datado e reforçado em documentos oficiais: se, como de Certeau (1998, p. 163) salienta, “a ‘arte’ da memória desenvolve a aptidão para estar sempre no lugar do outro mas sem apossar-se dele”, seu papel é o de evidenciar, em um tempo circunscrito, rememorações que deslocam referências vazias de matizes sensíveis. Em outros termos: se a “história oficial” é deficitária das experiências de tortura que modelam, via narrativa, uma matriz de sentido nebulosa, mais importante do que apontar na história a ocorrência das violações de direitos humanos é criar ocasião contínua para que essas memórias aproveitem os contextos materiais para tomarem a cena, convocando a atenção para seu “não lugar” (das dores que não são passíveis de apaziguamento) que se nuança também enquanto uma “arte de fazer” - uma “arte” que revela a tática da rememoração contínua como arma contra a amnésia.

A história da família Almeida Teles (pai, mãe e um casal de filhos) é bastante emblemática na luta contra

a impunidade e a necessidade de reparação por parte do Estado sobre as torturas que cometeu⁶. Contudo, na série de reportagens da *Record*, o elemento mais destacado na fala de Edson Teles (filho) é mesmo esta “matriz” de memória que não possui um lugar próprio e, exatamente por isso, salta como um assombro na narração. Em 1972, a família (mais uma irmã da mãe – Criméia – que estava grávida) foi presa e levada para o DOI-CODI. Os filhos, Edson e Janaína, de 4 e 5 anos, respectivamente, que ficavam durante o dia na sede desse centro de torturas, foram usados como meio de pressão para que os pais “falassem”. Edson, por intermédio de fragmentos de memória, já que tinha apenas 4 anos à época, conta para a série “As crianças e a ditadura”: “Eu ouvia a voz da minha mãe me chamando – Edson, Edson... E quando eu olhei pra trás eu não reconheci a pessoa porque ela estava completamente machucada, deformada... Então aquela cena ficou marcada; como é que esse corpo que eu não conheço, não reconheço, tem a voz aconchegante e familiar da minha mãe...” (Depoimento, série “As crianças e a tortura”). As crianças não conseguiam entender direito o que estava acontecendo e que lugar era aquele.

Fica evidente então que a forma como as entrevistas com os filhos dos torturados aparecem nas reportagens diz mais do processo de justiça social para com a história recente (que exige constante aproveitamento das “ocasiões” para lembrar) do que sobre experiências referentes, dado que, além de terem participado dessa história de maneira inconsciente, justamente pelo fato de serem crianças, muitas delas lembram-se das narrações feitas pelos outros, ou seja, um viés muito mais relacionado à memória coletiva e identitária do que testemunhal, assentado na produção simbólica de uma época.

Sentir-se abandonado, no caso dos filhos de desaparecidos, é inevitável. A tragicidade dos fatos tocou ali onde não havia sujeitos em condições de responder nem de se defender, sujeitos que não tinham escolhido um destino que incluía a morte como possibilidade, sujeitos que pura e simplesmente não estavam em condições de escolher (Sarlo, 2007, p. 109).

É o caso de Ñasaindy Barret de Araújo, que foi criada em Cuba, onde foi deixada pelos pais, que foram mortos durante a ditadura. Ela “carrega” uma foto como

bebê, cujo espaço, onde estaria retratado o pai, foi literalmente rasgado pela mãe por questões de segurança. Ñasaindy, hoje com 44 anos, foi criada por uma ativista política da época, Damaris Lucena. Ela comenta que fez pesquisa a vida toda “para juntar os caquinhos da própria identidade” (Villaméa, 2013d, p. 101). No desenrolar de sua vida, a memória é retomada na circunstância concreta da experiência cotidiana. Tendo sido separada de seu pai ainda bebê e de sua mãe aos 4 anos de idade, ela ainda comenta que “o que me faz sentir muito mal é o abandono”, já que é difícil para ela entender a escolha de seus pais pela luta política e o consequente “abandono” da filha.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, tratou-se de uma matriz de sentido que se desenha nas falas dos entrevistados das séries de reportagens elencadas no *corpus*. Suas narrações, ainda que carentes de certa objetividade (que tanto é encetada nas diversas deontologias do jornalismo), estão marcadas por um alto teor testemunhal, que, como Charaudeau (2010) expõe, conferem credibilidade à instância midiática ao munirem o narrador de um evento de uma espécie de autoridade que é própria da vivência que este teve de um período, e, no caso específico da ditadura militar, também da habilidade de “suportar”, mesmo que por um prazo delimitado de tempo (como o caso de Carlos Alexandre Azevedo permite perceber), uma experiência traumática de tortura. Ainda que muitas das fontes recorridas para as séries de reportagens da *Record* e da *Revista Brasileiros* não tenham sido diretamente vítimas das agressões dos oficiais do DOI-CODI ou mesmo que possuam uma memória coesa do que experimentaram à época (pelo fato de serem muito jovens para poderem se lembrar com clareza o que os acometeu), interessa mesmo notar como nessa trama de histórias esboça-se uma articulação de valores e relações que sustentam modos de percepção de um trauma coletivo que se reaviva na memória com a potência para resgatar no processo um traço da história viva que não deveria, segundo os realizadores das séries de reportagens e os atores sociais, ser esquecido ou perder sua possibilidade de contínua reativação.

⁶ A família Teles ingressou com ação declaratória, no Tribunal de Justiça de São Paulo, contra o Coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, com a finalidade de que a justiça, mesmo não podendo condená-lo criminalmente devido à Lei da Anistia, o declarasse como torturador, o que ocorreu em 2008, quando a ação foi julgada. Em 2012, o Coronel recorreu, mas perdeu a ação.

Fala-se aqui de um jornalismo atrelado às tessituras da vida cotidiana e a suas controvérsias e seus agonismos. O fazer jornalístico ampara-se sobremaneira na dimensão do humano, na história em processo, e, portanto, não está imune às tensões inauguradas ou reafirmadas na trama social. Nota-se ainda que o jornalismo contemporâneo também sofre a influência da “guinada subjetiva” que ocorre nos anos 70 e 80 do século XX (Sarlo, 2007), em que outros atores sociais são convocados à fala nesse percurso de atualização da memória, ampliando a dimensão democrática do relato.

Com as narrativas desencadeadas a partir da instalação da Comissão Nacional da Verdade, observa-se que o jornalismo traz à tona elementos que buscam capturar inúmeros relatos que são investidos de um caráter coletivo no imaginário social. Afinal, o jornalismo também se alimenta de vestígios, de sombras. É interessante frisar que a abertura feita para o especial da *Record* lança mão desta forma de apreensão das agonias sofridas pelas crianças no período militar: após uma série de imagens de bonecos de madeira sofrendo tortura ser sobreposta sob um fundo escurecido, emerge um letreiro em caixa alta com o título das reportagens, “AS CRIANÇAS E A TORTURA”, em clara referência ao universo onírico.

É possível, por fim, visualizar nos depoimentos dos filhos dos torturados e na reverberação das redes sociais, um percurso narrativo que abaliza um complexo contexto em que as falas adquirem sentidos e conformam uma matriz que dialoga com a repercussão das atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade e com o processo de reparação (e reativação) que a memória coletiva reconfigura na atualidade.

Referências

- AZENHA, L. 2013. Blog Vi o mundo. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/edson-teles-a-voz-era-de-minha-mae-o-rosto-nao-parecia.html>. Acesso em: 03/06/2013.
- BRAGA, J. 2011. Dispositivos interacionais. In: Encontro Anual da Compós, XX, Porto Alegre, 2011. *Anais...* Porto Alegre, p. 1-15.
- BRAGA, J. 2008. Comunicação, disciplina indiciária. *Revista Matrizes*, 1(2):73-88.
- CHARAUDEAU, P. 2010. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 285 p.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 2013a. Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade. 2013. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco_1ano.pdf. Acesso em: 10/06/2013.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 2013b. Coletiva de balanço de um ano de trabalho da CNV. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VcPRSGQVR08&list=PLhWY818K2BUMixb1BUGFCoZ9gTChICMPV&index=26>. Acesso em: 15/06/2013.
- COULDRY, N. 2004. Theorizing media as practice. *Social Semiotics*, 14(2):115-132.
- COULON, A. 1988. *La etnometodología*. Madrid, Cátedra, 144 p.
- DE CERTEAU, M. 1998. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 352 p.
- ESCOSTEGUY, A. 2009. Quando a recepção já não alcança: os sentidos circulam entre a produção e a recepção. *E-Compós*, 12(1):1-15.
- GINZBURG, C. 1990. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: C. GINZBURG, *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo, Companhia da Letras, p.143-179.
- LEAL, B. 2013. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: B. LEAL; C. CARVALHO (org.), *Narrativas e poéticas midiáticas: Estudos e perspectivas*, São Paulo, Intermeios, p. 25-45.
- RICOEUR, P. 2010. *Tempo e Narrativa*. São Paulo, Editora WMF/Martins Fontes, vol. 1, 379 p.
- SARLO, B. 2007. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/ Belo Horizonte, Companhia das Letras/ UFMG, 129 p.
- STAVO-DEBAUGE, J. 2012. A (in)experiência das vítimas e a “mitologia do acontecimento”. In: V. FRANÇA; L. OLIVEIRA (orgs.), *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 125-141.
- STAVO-DEBAUGE, J.; TROM, D. 2004. Le pragmatisme et son public à l'épreuve du terrain. Penser avec Dewey contre Dewey. In: B. KARSENTI; L. QUÉRÉ (orgs.), *La croyance et l'enquête. Aux sources du pragmatisme*, Paris, EHESS, p.194-226.
- VILLAMÉA, L. 2013a. Quando meninos são fichados como terroristas. Série Filhos do Brasil. *Brasileiros*, São Paulo, nº 68, março, p. 54.
- VILLAMÉA, L. 2013b. Como um passarinho. Série Filhos do Brasil. *Brasileiros*, São Paulo, nº 70, maio, p. 66.
- VILLAMÉA, L. 2013c. O Brasil no divã. *Brasileiros*, São Paulo, nº 70, maio, 70, p. 76.
- VILLAMÉA, L. 2013d. Nesta foto tinha um pai. Série Filhos do Brasil. *Brasileiros*, São Paulo, nº 72, julho, p. 94.
- VI O MUNDO. 2013. Página do Facebook mantida por Luiz Carlos Azenha. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Viomundo/109725279084911?fref=ts/>. Acesso em: 06/2013.

Submetido: 19/09/2013

Aceito: 30/09/2013